

EDITORIAL

Carlos Pires¹

Fernanda Martins²

O presente número especial da Revista Investigar em Educação integra um conjunto de textos selecionados de entre os que foram submetidos a publicação nas atas do XVI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, resultantes de comunicações apresentadas no evento, realizado entre 15 e 17 de setembro de 2022, na Escola Superior de Educação de Lisboa, *Campus* de Benfica do IPL. Espelhando a diversidade dos eixos temáticos do Congresso, estes textos espelham também a pluralidade de abordagens e posicionamentos epistemológicos e metodológicos sobre as realidades educativas.

Como mote comum e inspirador, o tema do Congresso incidiu sobre a relação entre “Educação e Cidades” vista a partir dos tempos, dos espaços, dos atores e das culturas que as cidades integram e acolhem, que sobre elas agem e nelas interagem. As cidades, na complexidade, heterogeneidade e diversidade que as caracterizam, são *lugares* privilegiados de observação das realidades educativas formais, não formais ou informais. O património, as memórias, as culturas e as identidades pessoais e coletivas, as organizações escolares e socioeducativas, as políticas de educação são (re)construídas nas cidades e por elas condicionadas, constituindo desafios para a investigação que se faz em educação ou, mais especificamente, em ciências da educação.

A “cidade” (a *polis*) é lugar de afirmação da cidadania, de participação na vida política. É um espaço público de educação, ponto de encontro e de interação social, em que a educação formal ou não formal é uma responsabilidade coletiva, um bem-comum. Como refere António Nóvoa aquele espaço público de educação é “uma esfera de discussão, mas também de deliberação e de ação. Não se trata apenas de ouvir os cidadãos, mas de os inscrever como parceiros num esforço educativo que pertence ao conjunto da cidade, da polis” (Boto, 2018, p.19).

Os textos apresentados nesta edição da Revista Investigar em Educação dão conta do interesse dos/as investigadores/as – a partir dos seus referenciais epistemológicos e metodológicos –, por uma significativa diversidade de temas, que são objeto de estudo, de opções metodológicas, de atores sujeitos dos estudos, de tempos e lugares de ação educativa, contribuindo, assim, para enriquecer a investigação em educação. Ao serem tornados públicos e acessíveis a um público alargado, podem contribuir para suscitar ou

¹ Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal cpires@eselx.ipl.pt

² Universidade do Minho, Instituto de Educação – Departamento de Ciências Sociais da Educação, Portugal, fmartins@ie.uminho.pt

impulsionar outros estudos. Para além disso, esta divulgação aberta e acessível a todos/as permite mediar contactos e interações com os/as autores/as e proporcionar a realização de projetos de investigação comuns e partilhados.

Nesta edição, os leitores têm a oportunidade de ler e de refletir sobre uma grande diversidade de temas de investigação em educação, tais como: a construção de identidades profissionais docentes; a formação de professores relacionada com a cidadania e a democracia e a formação de outros atores frequentemente arredados da investigação em educação; o associativismo juvenil e a construção da cidadania; a importância das “memórias escolares” para a história da educação; a avaliação de escolas e de políticas públicas de educação; a aprendizagem organizacional das/nas organizações educativas; a equidade no acesso ao ensino superior.

Dado tratar-se de um volume especial, conta um total de nove artigos, organizados numa secção única, sem subdivisões, não havendo artigos encomendados, mas selecionados a partir do envio dos textos das comunicações apresentadas no XVI Congresso da SPCE. São dezoito os/as autores/as que colaboram neste número de 2024, refletindo sobre a realidade educativa de Portugal, Brasil e Espanha. A seguir, a partir dos resumos dos textos, apresentamos de forma breve cada um dos artigos, pela ordem em que aparecem.

O texto de Ernesto Martins, intitulado *As vozes da memória deambulando entre os espaços, tempos e culturas passadas à cidadania atual*, explora as histórias de vida de 10 professores aposentados, analisando suas trajetórias profissionais em contextos socio-históricos distintos, especialmente durante e após o Estado Novo em Portugal. O autor utiliza uma abordagem qualitativa e biográfica e o estudo revela como essas experiências moldaram a identidade docente e a prática educativa ao longo do tempo.

Manuela Esteves, no artigo *Educar para a cidadania global e para a democracia: desafios à formação dos professores*, refere que nos últimos anos, a Educação para a Cidadania Global (ECG) e a Educação para a Democracia (ED) têm-se evidenciado nos currículos escolares, com Portugal a implementar a “Estratégia de Educação para a Cidadania” desde 2017. Baseando-se em relatórios da UNESCO, o artigo explora como essas dimensões, que não são neutras, devem ser integradas e desenvolvidas, discutindo os desafios para a formação inicial e contínua dos professores para que possam atuar de forma crítica e criativa nesses campos. A análise é suportada por pesquisas recentes, embora em Portugal haja uma quantidade limitada de estudos sobre o tema.

Os autores João Francisco Dionísio, Joana Campos, Maria João Hortas, no artigo *Jovens construtores da cidade – olhares das associações no território sobre a participação jovem*, investigam como os jovens participam e influenciam as decisões e o desenvolvimento de suas comunidades, desafiando a ideia de que são pouco participativos nas políticas que os afetam. Realizado no Funchal, o estudo misto inclui questionários e entrevistas com jovens, associações, e decisores políticos para diagnosticar o envolvimento juvenil. Os resultados destacam a importância de reconhecer e valorizar os jovens como agentes

ativos e o papel das associações e entidades municipais no suporte às políticas de juventude.

Catarina Amorim, Maria da Graça Bidarra e Carlos Barreira, no artigo *Autoavaliação das escolas de ensino artístico: percepções dos diretores e professores*, apresentam a investigação sobre os processos de autoavaliação em escolas de Ensino Artístico em Portugal, com o foco em instituições particulares e cooperativas não avaliadas pela IGEC nos 1.º e 2.º ciclos de Avaliação Externa de Escolas. Utilizaram como metodologia o inquérito por questionário, em versão *online*, enviado para 159 escolas. Obtiveram 57 respostas de diretores (7 públicas e 50 particulares e cooperativas) e 562 de professores (287 públicas e 275 particulares e cooperativas). Os dados revelam diferentes percepções de diretores e professores sobre o processo de autoavaliação e os seus efeitos em termos de desenvolvimento organizacional e profissional, bem como uma tendência para uma percepção do processo de autoavaliação no sentido deste se apresentar mais consistente nas escolas públicas do que nas particulares e cooperativas.

Com o título *El valor interpretativo de las memorias escolares como fuente primaria en el ámbito de la historia de la educación*, os autores Irati Amunarriz-Iruretagoiena, Aintzane Rodríguez-Poza, Luis María Naya Garmendia, Paulí Dávila Balsera, destacam o valor das memórias escolares publicadas anualmente por colégios religiosos no século XX, como fonte primária para a História da Educação. A documentação em causa oferece, segundo os autores, uma perspetiva interpretativa única e cumpre funções publicitárias, ajudando a construir uma marca corporativa e a distinguir socialmente as instituições.

A investigação de Welma Alves de Oliveira, apresentada no artigo *Equidade de acesso e de aprendizagem na avaliação de políticas públicas de educação: o caso da União Europeia*, avalia a equidade de acesso e o processo de aprendizagem na educação dos Estados-Membros da União Europeia, analisando a eficácia, efetividade e eficiência das políticas públicas educativas. Utilizando dados de 1990 a 2018 e os índices Gini Educacional (IGE) e *Learning-Adjusted Years of Schooling* (LAYS), a pesquisa mostra que esses indicadores são úteis para avaliar a política pública de educação e a eficiência do sistema educacional, sugerindo que políticas educativas bem-sucedidas podem ser alcançadas independentemente do PIB do país.

O artigo que se segue, da autoria de Mónica de la Fare, Simone Valdete dos Santos, e intitulado *Estudiantes Egressos da EJA na Universidade: direitos possíveis?*, aborda a problemática do acesso e as condições de permanência de egressos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em cursos superiores em Porto Alegre, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica/Rio Grande do Sul. Baseada no Estruturalismo Construtivista de Pierre Bourdieu, a investigação analisa, através de dados qualitativos e quantitativos, as trajetórias escolares e estratégias dos estudantes da EJA para aceder e concluir a educação superior, revelando fatores que influenciam sua proximidade ou afastamento da conclusão do curso.

No artigo intitulado *Por que razão as escolas (não) aprendem? Os fatores que ativam e os que obstaculizam a aprendizagem organizacional*, da autoria de

Isabel Faria Alexandre e de Diana Mesquita, define-se como questão de partida por que razão as escolas (não) aprendem? Considerando esta questão de investigação, o artigo pretende apresentar um projeto de investigação, ainda na sua fase inicial, que tem como propósito conhecer os fatores que ativam a aprendizagem organizacional e aqueles que a obstaculizam, produzindo conhecimento científico que possa configurar um contributo para que as escolas possam aprender. O artigo incidirá, portanto, na abordagem concetual na qual assenta a problemática de investigação.

No artigo de Karolina Silva, *Ressignificando concepções e práticas formativas no INSS: um projeto piloto na superintendência regional do nordeste brasileiro*, a autora apresenta um trabalho piloto realizado entre junho e agosto de 2021 pela Superintendência Nordeste do INSS, sobre a formação de servidores das equipes de educação. O objetivo deste trabalho piloto consiste em “Desenvolver competências necessárias às equipes especializadas de educação com vistas à atuação formativa, numa perspectiva de promoção da aprendizagem e desenvolvimento dos servidores/as públicos/as federais brasileiros/as ativos/as no INSS”. A avaliação foi positiva, destacando a relevância da metodologia e a melhoria no desempenho, evidenciando a importância da formação contínua para o alcance da missão social do INSS.

Referências

Boto, C. (2023). António Nóvoa: uma vida para a educação. *Educação e Pesquisa*, v. 44, e201844002003 (DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201844002003>).